

## Sobre a natureza multidimensional do desenvolvimento

Sandrina Berthault Moreira

Laboratório de Economia e Gestão, Centro de Investigação em Ciências Empresariais, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal

[smoreira@esce.ips.pt](mailto:smoreira@esce.ips.pt)

**Resumo:** Desde muito cedo se observam esforços na pesquisa de novos conceitos de desenvolvimento que se afastassem da sua identificação com o crescimento económico saída do pós-guerra. Os contributos críticos e de busca de um novo conceito de desenvolvimento surgem, especialmente, a partir da década de 70, vindo a estabilizar nos conceitos de desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social.

É neste contexto que se insere o presente trabalho sobre o conceito de desenvolvimento, as componentes que o integram e a sua forma de medição. Em primeiro lugar, procura-se ilustrar a natureza multidimensional do fenómeno do desenvolvimento, em termos conceptuais, sistematizando os diferentes conceitos de desenvolvimento que têm emergido na literatura ao longo das décadas mais recentes. Paralelamente, procede-se a uma breve discussão sobre a medição do fenómeno multidimensional do desenvolvimento, ilustrando a abrangência da forma mais imediata de medição deste fenómeno – os indicadores compósitos do desenvolvimento –, em termos do número de dimensões do desenvolvimento considerado.

Na primeira parte do trabalho, apresenta-se uma breve reflexão sobre a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, na sequência de uma súmula do conceito de desenvolvimento económico e dos novos conceitos de desenvolvimento – e que inclui os principais contributos para a construção de cada conceito. Na segunda parte do trabalho, a análise da multidimensionalidade dos índices de desenvolvimento tem por base uma proposta de nomenclatura do desenvolvimento que inclui as principais dimensões constitutivas de uma noção lata de desenvolvimento. Finaliza-se o presente trabalho com a apresentação de algumas considerações finais e pistas para investigação futura.

### *Introdução*

No período imediatamente a seguir à Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento dos países estava apenas conotado com o crescimento económico, considerando-se como a condição necessária e suficiente (*sine qua non*) para o desenvolvimento, de que dependiam as melhorias de bem-estar da população. No âmbito da avaliação quantitativa do nível de desenvolvimento dos países, a implicação desta estreita ligação entre os dois conceitos consistiu na utilização, de forma sistemática, de indicadores de crescimento económico, em particular, o nível de rendimento per capita.

A partir da década de 70 dá-se um ponto de viragem decisivo nas abordagens e práticas do desenvolvimento, na sequência de um conjunto de factores que Amaro (2003) resume nos seguintes: (i) frustrações dos países do Terceiro Mundo em face da evolução do seu desenvolvimento; (ii) sinais crescentes de mal-estar social nos países desenvolvidos; (iii) tomada de consciência dos problemas ambientais provocados pelo desenvolvimento; (iv) irregularidades do crescimento económico nas décadas seguintes aos “anos dourados” (ou “trinta gloriosos”) e mudança de paradigma de crescimento económico; (v) multiplicação de crises diversas nos países socialistas.

A partir daqui novos conceitos de desenvolvimento se foram estruturando – conceitos assentes numa perspectiva multidimensional e interdisciplinar – vindo a estabilizar nos conceitos de desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social. Várias tentativas começaram também a emergir para corrigir, suplementar ou substituir o rendimento per capita como medida sumária do desenvolvimento, assistindo-se, progressivamente, a uma mudança de abordagem na medição do desenvolvimento, que de uni passa a multidimensional, nestes últimos 35 anos.

É neste contexto que se insere o presente trabalho sobre o conceito de desenvolvimento, as componentes que o integram e a sua forma de medição. Em primeiro lugar, procura-se ilustrar a natureza multidimensional do fenómeno do desenvolvimento, em termos conceptuais, sistematizando os diferentes conceitos de desenvolvimento que têm emergido na literatura ao longo das décadas mais recentes. Paralelamente, procede-se a uma breve discussão sobre a medição do fenómeno multidimensional do desenvolvimento, incluindo uma ilustração sobre a abrangência - em termos do número de dimensões de desenvolvimento consideradas - de alguns dos indicadores compósitos do desenvolvimento mais profusamente utilizados na literatura.

Para a primeira parte do trabalho separa-se a abordagem tradicional ao desenvolvimento das novas abordagens que a ela se contrapõem. Nesta parte, apresenta-se uma breve reflexão sobre a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, na sequência de uma súmula do conceito de desenvolvimento económico e dos novos conceitos de desenvolvimento (atrás referidos) – e que inclui os principais contributos para a construção de cada conceito. Na segunda parte do trabalho, a análise da multidimensionalidade dos índices de desenvolvimento tem por base uma proposta de nomenclatura do desenvolvimento que inclui as principais dimensões constitutivas de uma

noção lata de desenvolvimento. Finaliza-se o presente trabalho com a apresentação de algumas considerações finais e pistas para investigação futura.

### ***Abordagem Económica do Desenvolvimento***

A tendência verificada, em termos empíricos, para diferenças nas taxas de crescimento entre países e, no mesmo país, ao longo do tempo justifica, por si só, o interesse suscitado pela análise do crescimento económico em autores clássicos como Adam Smith, David Ricardo, Thomas Malthus ou Karl Marx e, mais recentemente, Robert Solow e Robert Lucas. Os modelos de crescimento económico e as análises empíricas dos seus determinantes revestiram-se de particular importância, para o estudo dos chamados “problemas e vícios do subdesenvolvimento” que emergem com o pós Segunda Guerra Mundial e a independência de ex-colónias europeias.

Entre as principais teorias do desenvolvimento do pós-guerra impôs-se a escola da modernização, com destaque para a abordagem funcionalista de Artur Lewis com o modelo dos dois sectores e a perspectiva evolucionista de Walt Rostow com o modelo das etapas de crescimento (Todaro e Smith, 2000). Na década de 80, a corrente da contrarrevolução neoclássica passa a ser a ortodoxia do desenvolvimento prevalecente, inicialmente, nas suas abordagens free-market e new political approach e, mais tarde, na abordagem market-friendly (Todaro e Smith, 2000).

O conceito de desenvolvimento da escola da modernização estava, essencialmente, conotado com o crescimento económico, considerando-se este como condição necessária e suficiente do desenvolvimento. A contrarrevolução neoclássica (também denominada neoliberal) parte dos fundamentos da teoria neoclássica do crescimento para interpretar os insucessos dos países em desenvolvimento. Logo, em ambos os casos, o crescimento económico é uma – ou mesmo a – peça importante do puzzle do desenvolvimento.

A tendência para os economistas mainstream “evitarem” a análise da complexidade do processo de desenvolvimento deve-se, essencialmente, a duas principais ordens de razões:

(i) “the complexity of the real world may be such that the attempt to portray it by a model simple enough to have analytical solutions, or diagrammatic solutions, is foredoomed to failure” (Scott, 1989, p. 127);

(ii) “the universal features of economic development – health, life expectancy, literacy, and so on – follow in some natural way from the growth of per capita GNP” (Ray, 1998, p. 9).

Talvez o principal problema da abordagem económica mainstream (neoclássica) esteja na excessiva obsessão com a construção de modelos (Brinkam, 1995). A visão neoclássica de absoluta necessidade de formalização explica que autores como Lucas (1988) assumam “growth theory defined as those aspects of economic growth we have some understanding of, and development defined as those we don’t” (Lucas, 1988, p. 13) e, nessa medida, se centrem apenas na problemática do crescimento económico, estudando as fontes e os factores desse crescimento, através da construção de modelos de diferente inspiração teórica.

Quanto à associação entre rendimento per capita e outras dimensões do desenvolvimento, a evidência empírica neste campo não é conclusiva. Autores como Pritchett e Summers (1993) ou Gangadharan e Valenzuela (2001) apresentam prova empírica da existência de uma estreita ligação entre o rendimento e outros indicadores que afectam a qualidade de vida, enquanto que para Preston (1975) ou Easterly (1999) a ligação é ténue. Kenny (2005) faz referência a este balanço misto e os resultados do seu estudo são concordantes com os autores que questionam a validade daquela relação, i.e. “that income is the driving factor behind improvements in a number of potential measures of elements of the quality of life” (Kenny, 2005, p. 2). Não sendo possível estabelecer uma relação inequívoca entre rendimento per capita e vários outros elementos constitutivos do desenvolvimento ou qualidade de vida, analisá-lo apenas, por intermédio, do rendimento per capita afigura-se insuficiente.

Ray (1998) esclarece que, embora os teóricos do crescimento reduzam as análises do desenvolvimento económico a análises do crescimento económico, isso não significa que os considerem como sinónimos. Às palavras de Lucas (1988): “by the problem of economic development I mean simply the problem of accounting for the observed pattern, across countries and across time, in levels and rates of growth of per capita income” (Lucas, 1988, p. 3), Ray (1998) acrescenta: “what’s hidden in these words is actually an approach, not a definition” (Ray, 1998, p. 9). Ainda assim, tal perspectiva de análise pode gerar confusão entre fins e meios e contribuir para que definições, como a de Adelman (1961), ainda permaneçam válidas nos dias de hoje (Fordelone e Schütte, 2007):

“economic development as the process by which an economy is transformed from one whose rate of growth of per capita income is small or negative to one in which a significant self-sustained increase of per capita income is a permanent long-run feature” (Adelman, 1961, p. 1).

Uma definição alternativa de desenvolvimento económico, em que o autor sublinha a importância de não confundir fins com meios, dado que “money is no more than an instrument in the realization of an objective” (Sen, 1999, p. 41), é a seguinte:

“un processus endogène et cumulatif de long terme de progrès de la productivité et de réduction des inégalités, en intégrant des coûts humains et environnementaux acceptables, permettant à un nombre croissant de

passer d'une situation de précarité, de vulnérabilité et d'insécurité à une situation de plus grande maîtrise de l'incertitude, des instabilités et de satisfaction des besoins fondamentaux grâce à l'acquisition de droits, à la mise en œuvre d'organisations et d'institutions et de modes de régulations permettant de piloter des systèmes complexes" (Hugon, 2006, p. 31).

Actualmente, apesar de não haver uma definição de desenvolvimento universalmente aceite, existe um amplo consenso de que desenvolvimento tem claros pontos de contacto com outros conceitos utilizados na literatura (frequentemente de forma indiferenciada) como bem-estar e qualidade de vida. Por exemplo, Simon (2003) define desenvolvimento como: "a diverse and multifaceted process of predominantly positive change in the quality of life for individuals and society in both material and non-material respects" (Simon, 2003, p. 8).

Crescimento económico toma um sentido cada vez mais restrito e contropõe-se, portanto, a desenvolvimento que engloba o crescimento económico propriamente dito e as suas repercussões sobre o bem-estar das pessoas e o próprio sistema social (Matos, 2000). Bem-estar e qualidade de vida das populações estão associados ao desenvolvimento dos respectivos espaços económicos (usualmente países), uma vez que reflectem, globalmente, os benefícios que as pessoas obtêm sobre as várias dimensões do desenvolvimento.

Desenvolvimento é, necessariamente, um conceito normativo: "what is or is not regarded as a case of "development" depends inescapably on the notion of what things are valuable to promote" (Sen, 1988, p. 20). Morse (2004) também é peremptório, quando questiona os termos "positive change" e "quality of life" – acima referidos na definição de Simon (2003) – e adianta que, em última análise, não é possível evitar os chamados juízos de valor. Logo, desenvolvimento e outros conceitos relacionados estão envoltos em algum grau de subjectividade.

### ***Abordagens Alternativas do Desenvolvimento<sup>1</sup>***

#### **Desenvolvimento Sustentável**

A questão dos recursos e do ambiente, embora já tivesse sido objecto de atenção no século XIX (por exemplo, com Thomas Malthus e o seu estudo da relação entre o crescimento da população e o crescimento da produção alimentar), voltou a ser objecto de enfoque no início dos anos 70. Na sequência de dois acontecimentos importantes que deram o seu contributo para as preocupações com o desenvolvimento e o ambiente – a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (Conferência de Estocolmo, em 1972) e o estudo encomendado pelo Clube de Roma sobre a compatibilidade das reservas de recursos estratégicos com os ritmos de crescimento (Meadows e Meadows, 1972) – abre-se o caminho ao conceito de ecodesenvolvimento que estaria na base do futuro conceito de desenvolvimento sustentável.<sup>2</sup>

O ecodesenvolvimento – conceito largamente desenvolvido por Sachs (1980, 1986) – encerra as dimensões económica e ecológica, prevendo a satisfação das necessidades mediante a utilização controlada e racional dos recursos existentes, minimizando os desperdícios e a degradação ambiental. O meio ambiente é encarado com um duplo valor, instrumental e intrínseco, valendo por si mesmo e tendo como função a promoção do crescimento económico. Logo, há que equacionar crescimento com preservação ambiental, integrando as sociedades humanas no meio natural. A principal preocupação realçada pela perspectiva ecocêntrica (ou promotora do ecodesenvolvimento) é evidenciar a necessidade de acautelar o desenvolvimento futuro evitando a destruição no presente de recursos não renováveis, remetendo para o conceito de sustentabilidade.

O desenvolvimento sustentável – por oposição a crescimento económico sustentado – é um conceito que decorre do relatório de Brundtland, concluído em 1987 e publicado pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento (WCED, na sigla inglesa) das Nações Unidas. A definição de desenvolvimento sustentável apresentada nesse relatório é aquela que acolhe maior receptividade internacional:

"development that meets the needs of the present generation without compromising the ability of future generations to meet their own needs" (WCED, 1987, p. 43).

Desenvolvimento sustentável é um processo que permite às gerações presentes satisfazer as suas necessidades sem que com isso ponham em risco a possibilidade de as gerações futuras virem a satisfazer as suas próprias necessidades. Seria necessário que as gerações futuras tivessem recursos disponíveis, pelo menos, ao mesmo nível que as presentes e isso implica solidariedade intergeracional.

A questão da sustentabilidade apresenta outras complexidades e uma delas é a gestão dos recursos naturais. Numa primeira fase, a preocupação estava na gestão das reservas dos recursos não renováveis (petróleo, minérios e recursos estratégicos em geral) e, por isso, limitadas. O desenvolvimento sustentável passou também a considerar a

<sup>1</sup> Parte da informação apresentada nesta secção foi recolhida no Seminário ministrado pelo Professor Rogério Roque Amaro, realizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e que ocorreu no segundo semestre do ano lectivo de 2007/2008.

<sup>2</sup> Desenvolvimento alternativo é uma de várias formulações que se seguiram ao conceito de ecodesenvolvimento e que encontraram o seu expoente no conceito de desenvolvimento sustentável. Trata-se de um conceito associado aos "Verdes" alemães, grupo ecológico que assumiu um importante estatuto político e científico e que está na origem da "política dos 3R" – reduzir os consumos; reutilizar os produtos; reciclar os materiais –, um dos emblemas mais referenciados de atitude correcta face ao ambiente.

gestão dos recursos renováveis (caso dos serviços ambientais permitidos pela radiação solar), devido ao problema do ritmo de renovação / qualidade desses recursos.

O conceito de desenvolvimento sustentável pressupõe ainda uma nova relação com a Natureza, baseada na interdependência sistêmica. Isso significa a adoção de uma lógica de contenção (de steady-state), definida por um ritmo sustentável de equilíbrio entre inputs, throughputs e outputs na interação entre a economia e a ecologia (Amaro, 2003).

O desenvolvimento sustentável visa a satisfação das principais necessidades de todos e a extensão a todos da oportunidade para satisfazer as suas aspirações a uma vida melhor (WCED, 1987). Este conceito apresenta dois pilares primários: a utilização dos recursos e a consciência dos seus limites, i.e. o uso sustentável dos recursos naturais no desenvolvimento económico e no consumo para preservar o futuro humano neste planeta no sentido de um futuro ilimitado (Davis, 2008).

O conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser amplamente usado sobretudo a partir da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, que decorreu no Rio de Janeiro, em 1992. A Conferência do Rio (também conhecida por Cimeira da Terra ou Eco-92) deu visibilidade internacional ao conceito, sendo actualmente um conceito que está assumido ao nível de várias instâncias e organismos internacionais, bem como dos governos de diversos países, para além das Organizações Não Governamentais (NGO, na sigla inglesa) que actuam neste domínio.

A Conferência que se segue 10 anos depois do Rio, a Conferência de Joanesburgo (ou Rio+10) realizada em 2002, relativiza a componente ambiental dominante até aqui, trazendo uma visão tridimensional da sustentabilidade. Viabilidade económica, preservação ambiental e coesão social passam a ser os três pilares do desenvolvimento sustentável (Harris, 2001).

### ***Desenvolvimento Local e a metodologia participativa***

O desenvolvimento local parte da herança do desenvolvimento comunitário dos anos 60 – proposto e reflectido por autores como Silva (1962, 1963) e organizações como as Nações Unidas – aproveitando os seus três importantes pilares, a saber: auscultação das necessidades das populações; mobilização das capacidades locais como ponto de partida para as respostas; visão integrada dos problemas e soluções.

Desenvolvimento local é um conceito que surge nos anos 80 e aparece associado a uma multiplicidade de formulações consoante os autores, que se seguiram à concepção alternativa do desenvolvimento comunitário, como o village concept (proposta pela Organização Mundial de Saúde), another development (Dag Hammarskjöld Foundation, 1982), desenvolvimento endógeno ou bottom-up (Stöhr, 1981), desenvolvimento territorial (de teóricos do paradigma territorialista, com destaque para Stöhr, 1990) e desenvolvimento participativo (cujos contributos teóricos mais importantes são de Friedmann, 1992 – alternative development – e Korten, 1992 – people-centered development).

O desenvolvimento local pode ser definido da seguinte forma:

“um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria, com um impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções” (Amaro, 1999, p. 38).

A definição apresentada reúne vários aspectos essenciais de uma formulação aprofundada do conceito, referida por autores como Pecqueur (1989), Vachon (1993), Houé (2001), entre outros. Em primeiro lugar, ressalta que o desenvolvimento local é um processo de mudança, de base comunitária, que tem normalmente como ponto de partida que há necessidades para satisfazer que atingem o colectivo, às quais se procura responder mobilizando prioritariamente as capacidades locais. Com efeito, o desenvolvimento local fundamenta-se, em termos teóricos, no paradigma territorialista da Economia Regional e das Ciências do Território, que põe em relevo a ideia de que a diversidade de territórios de âmbito infranacional, com características peculiares, com identidades próprias, exigem uma concepção do desenvolvimento que atenda aos recursos disponíveis, às necessidades locais, que seja diferenciado e multifórmico, que parta do potencial endógeno em recursos e capacidades (Amaro, 1999). O novo paradigma do desenvolvimento no território constitui uma forma de desenvolvimento a partir de espaços mais restritos, a partir das bases (from below).

O desenvolvimento local obedece também a uma lógica participativa, ou seja, é sublinhada a importância da participação das comunidades locais na resolução dos seus problemas e na valorização dos recursos locais. O reforço do poder das pessoas e das comunidades através do aumento das suas capacidades (empowerment) é uma condição para a participação e liderança, aspecto aprofundado por Friedmann (1992). No entanto, também se reconhece que o desenvolvimento local não é (nem pretende ser) auto-suficiente, pelo que não se rejeita a necessidade de utilizar recursos exógenos, desde que completem ou potenciem os recursos endógenos.

A visão integrada é outra das componentes chave do conceito e pressupõe averiguar o quadro sistémico em que o problema se manifesta e pensar em respostas que abarquem essa diversidade, em vez de ficar por uma análise segmentada dos problemas e das respostas. A base local do desenvolvimento faz com que a matriz cultural seja um importante factor de dinamismo integrado e integrador. Isso exige uma lógica de parceria (entendida no sentido de partilha de interesses), com impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de pontos de partida, protagonistas, caminhos de solução e resultados. Por outras palavras, uma dinâmica de trabalho conjunto, de instituições formais e informais, de empresas, cidadãos e administração pública, com um empenhamento e participação directa de todos os intervenientes, nomeadamente beneficiários, constitui um trabalho de parceria, indispensável a um desenvolvimento local duradouro e com potencialidades de se alastrar a toda a comunidade numa lógica do tipo “mancha de óleo” (Amaro, 1999).

O desenvolvimento local, embora sublinhe a importância da participação, atribui grande importância aos conceitos de território e comunidade, distinguindo-se, assim, do desenvolvimento participativo, em que ambas as dimensões não aparecem como referência. Por sua vez, o pilar decisivo do desenvolvimento participativo é o envolvimento das pessoas – efectivado de forma individual ou em grupo – que remete directamente para a ideia de participação, i.e. de o desenvolvimento ter a população como protagonista. Desenvolvimento participativo não é apenas uma melhoria genuína e duradoura das condições de vida e de existência, mas também uma luta política pelo empowerment dos indivíduos (Friedmann, 1996).

A participação enquanto concepção de desenvolvimento aproxima-se da concepção política preconizada por Ghai (1990), Friedmann (1992) e outros, e tem a ver com questões de empowerment o que, por sua vez, remete para a ideia de cidadania e, portanto, democracia activa e permanente. Segundo Friedmann (1996), empowerment é o reforço das capacidades, competências ou poder como condição para o envolvimento dos cidadãos na definição, execução e avaliação de projectos e/ou programas de desenvolvimento e para o exercício de cidadania, além de ser um processo de efectiva formação e aquisição de poderes por parte da população.<sup>3</sup>

### ***Desenvolvimento Humano e os compromissos de política social***

O embrião do desenvolvimento humano remonta aos anos 70 e está na reivindicação institucional de que o desenvolvimento tem o seu critério mais importante de aferição na satisfação das basic needs.<sup>4</sup> Definido pela Organização Internacional do Trabalho (ILO, na sigla inglesa), o conceito basic needs é um conjunto de necessidades fundamentais que têm prioritariamente que ser satisfeitas para toda a população do planeta (alimentação, vestuário, habitação, educação e saúde) (Stöhr, 1990).

A reivindicação de satisfação das necessidades básicas, como critério decisivo no desenvolvimento, por parte de responsáveis institucionais na altura – em particular, Mahbub ul Haq, no âmbito da ILO, e Robert McNamara, do Banco Mundial – é acompanhada pelas análises de teóricos como Seers (1979) e Streeten (1981). McNamara (1972), no seu discurso em Nairobi, sublinhou a necessidade de “make our first priority a threshold of human dignity and decency which is achievable within a generation” (McNamara, 1972, p. 487). Por sua vez, de acordo com Seers (1979), “a verdadeira realização da personalidade humana requer muitas condições que não podem ser especificadas em termos económicos (...) mas estes [factores] não devem prejudicar a satisfação das prioridades socioeconómicas básicas” (Seers, 1979, p. 952-3). Partindo do patamar de sobrevivência para o patamar de dignidade mínima, a sobrevivência fisiológica, a educação e a saúde são os pilares das basic needs e o emprego um pilar instrumental (um meio de obter rendimento, fonte de recursos).

A discussão do conceito de desenvolvimento humano a partir das necessidades básicas foi, pela primeira vez, apresentada, em 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP, na sigla inglesa). Desenvolvimento Humano é, na óptica do UNDP:

“a process of enlarging people’s choices. In principle, these choices can be infinite and change overtime. But at all levels of development, the three essential ones are people to lead a long and healthy life, to acquire knowledge and to have access to resources needed for a decent standard of living. If these essential choices are not available, many other opportunities remain inaccessible” (UNDP, 1990, p. 10).

O desenvolvimento humano tem vindo a ser trabalhado pelo UNDP desde 1990, sendo actualmente um conceito mais complexo e abrangente do que aquele que esteve na sua origem. Os relatórios de desenvolvimento humano têm-se tornado o espaço em que são debatidas as novas problemáticas do desenvolvimento humano. O conceito de desenvolvimento humano aprofundou-se para passar a integrar várias outras dimensões, de que se destacam a liberdade, a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade e a segurança (UNDP, 1996).

<sup>3</sup> A abordagem do desenvolvimento participativo seguida pelo Banco Mundial tem-se restringido à participação da população através de agências de desenvolvimento na implementação e avaliação de projectos e/ou programas de desenvolvimento propostos pelo Banco. Trata-se de uma concepção de participação mais limitada do que aquela que foi aqui exposta.

<sup>4</sup> As análises de Perroux (1961, 1963) sobre l’économie de l’argent, por oposição a l’économie de l’homme, também estão na origem (mais remota) do conceito de desenvolvimento humano.

As condições básicas para o exercício da liberdade humana têm a ver com a saúde como condição de acesso à vida biológica longa, com a escolaridade como condição de acesso ao conhecimento e com o rendimento como condição para um padrão de vida digno. Sen (1999), ao conceber o desenvolvimento como liberdade, sustenta a liberdade no seu sentido mais amplo, conceito que inclui as capacidades elementares, como a de evitar privações como a fome, a subnutrição, a mortalidade evitável, a mortalidade prematura, bem como as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, etc. Segundo o mesmo autor (que foi colaborador na idealização do conceito de desenvolvimento humano), desenvolvimento é o processo de expansão destas e de outras liberdades fundamentais.

A equidade é outra componente do desenvolvimento humano que vem assumindo uma importância crescente e que ultrapassa a vertente da distribuição dos rendimentos. Em termos gerais, esta dimensão remete para a equidade no aumento de capacidades e oportunidades tanto das gerações presentes como futuras. A equidade sublinha o direito de todos a uma igual oportunidade de acesso a uma vida longa e saudável, a um nível de conhecimentos aceitável e a um padrão de vida adequado independentemente do género, do estrato socioeconómico, da origem étnica, do escalão etário, das opções políticas, ideológicas ou religiosas ou da origem regional. A sustentabilidade implica uma visão de longo prazo assente na responsabilização e na equidade intergeracional. “O que é preciso legar não é tanto uma reserva específica de riqueza produtiva, mas o potencial para atingir um determinado nível de desenvolvimento humano” (UNDP, 1996, p. 56).

Por último, o conceito de desenvolvimento passou também a incluir a segurança humana, perspectivada em todas as dimensões possíveis. Esta componente está associada não só à subsistência alimentar e satisfação de outras necessidades básicas, como também à protecção relativamente a desastres naturais ou a coações impostas pela repressão política, pelo crime organizado, etc.

Em síntese, desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas e das oportunidades dos indivíduos, de expansão das liberdades humanas, de valorização das capacidades dos indivíduos, que lhes permitam levar uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos necessários para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, com igualdade de oportunidades e em segurança.

Segundo esta nova perspectiva do desenvolvimento, o adjectivo “humano” é assumido em três acepções: o homem encontra-se no centro das preocupações; o bem-estar humano é o fim do desenvolvimento; o ser humano adquire um papel activo (participação). Logo, o desenvolvimento humano é um processo de desenvolvimento do, para o e pelo ser humano (UNDP, 1998).

A concepção do desenvolvimento humano cruza-se com as questões de “luta contra a pobreza” que assumiu uma dimensão ímpar com a Cimeira do Milénio das Nações Unidas, realizada em 2002, e na sequência da qual se definiram os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDG, na sigla inglesa): “a pact between nations to defeat human poverty” (UNDP, 2003, p. 31). Pobreza é, em rigor, ausência de desenvolvimento humano, i.e. negação das oportunidades e escolhas mais elementares.

Os compromissos de política social decorrentes da filosofia do desenvolvimento humano foram assumidos na Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Social, organizada pelas Nações Unidas, em 1995, e deram origem ao conceito de desenvolvimento social. Os países-membros comprometeram-se a promover a dimensão social do bem-estar, através da introdução de mínimos sociais como o salário mínimo, o rendimento mínimo (garantido ou de inserção), a pensão social mínima, a escolaridade obrigatória, o plano nacional de saúde, entre outros mínimos de bem-estar social.

### *Uma Visão de Conjunto*

As novas abordagens do desenvolvimento, vulgarmente denominadas por abordagens alternativas do desenvolvimento, contribuem para a pesquisa de um conceito de desenvolvimento mais humanista, mais orientado para a natureza humana e o direito de todos a uma vida digna, saudável, esclarecida e justa. Procuram situá-lo no seio das comunidades, sublinhar a importância da participação das pessoas nas decisões que afectam as suas vidas, priorizar a satisfação das necessidades básicas e alertar para os perigos do uso descontrolado dos recursos naturais e da ruptura com os principais equilíbrios ambientais. Conceptualmente, contrapõem-se às abordagens do desenvolvimento centradas no crescimento económico ou com pendor economicista.

Os novos conceitos de desenvolvimento que as abordagens alternativas preconizam – com aplicação tanto a países ditos desenvolvidos como em desenvolvimento – nasceram na linha de continuidade das críticas dirigidas aos que apoiam o conceito de desenvolvimento do pós-guerra, identificado com o de crescimento económico e formalizado pela escola da modernização, nas suas duas vertentes, evolucionista e funcionalista; desenvolvem-se em contraponto com os fundamentos da teoria neoclássica do crescimento das correntes da contrarrevolução neoclássica; e enquadram-se no que Murteira (1983) designa por paradigma de Um Outro Desenvolvimento (Reis, 2005).

O crescimento económico não foi desvalorizado pelas abordagens alternativas, sendo necessário para a realização dos princípios de justiça equitativa, sustentabilidade e inclusividade. No entanto, ao integrarem aspectos

que vão para além do económico, ao englobarem aspectos sociais, políticos, culturais e ambientais constituem uma nova perspectiva de pensamento sobre a problemática do desenvolvimento.

A nova concepção multidimensional (e, portanto, integrada) do desenvolvimento resultante do cruzamento das várias visões sobre o conceito pressupõe uma abordagem interdisciplinar, dada a diversidade de componentes interrelacionadas que o constituem. Nesse sentido, são incentivadas análises interdisciplinares do conhecimento científico no plano mais amplo das Ciências Sociais e não da Ciência Económica em sentido estrito.<sup>5</sup>

Além do critério da multidimensionalidade, outros aspectos que ressaltam de uma visão de conjunto sobre os novos conceitos de desenvolvimento (apresentados em Amaro, 2003) podem ser sistematizados da seguinte forma:

(i) As capacidades das pessoas, quer na identificação e resolução dos problemas de desenvolvimento, quer na mobilização dos recursos locais e sua valorização;

(ii) O envolvimento das pessoas, exigindo metodologias participativas e uma lógica de empowerment;

(iii) A responsabilidade intergeracional, pela defesa da igualdade de oportunidades para as gerações futuras;

(iv) As novas referências territoriais aos níveis supranacional, transnacional e infranacional, com valorização da territorialidade local;

(v) O envolvimento de muitos e variados actores socioeconómicos e políticos (em rigor, cada cidadão é um actor do desenvolvimento);

(vi) A diversidade de caminhos de solução e resultados.

Num esforço de síntese, Amaro (2003) propõe o agrupamento dos conceitos de “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento local”, “desenvolvimento participativo”, “desenvolvimento humano” e “desenvolvimento social” (apresentados por ordem cronológica) em três grandes categorias ou “fileiras” conceptuais, a saber: (i) a fileira ambiental; (ii) a fileira das pessoas e das comunidades; (iii) a fileira dos Direitos Humanos e da dignidade humana; possibilitando, assim, que se recuperem outras expressões que adjectivam o desenvolvimento e que precederam àquelas cinco.

Num olhar sincrético (e de síntese), Amaro (2003) sugere, ainda, o conceito de desenvolvimento integrado como conceito integrador dos cinco anteriores.<sup>6</sup> O autor define-o como um processo de desenvolvimento de conjugação, privilegiador do “e” nas dinâmicas das sociedades, procurando articular: as várias dimensões em que se exprime a Vida em sociedade (económica, social, cultural, política e ambiental); as diferentes dimensões existenciais do desenvolvimento (ser, estar, fazer, empreender, saber e ter); as dimensões do género (feminino e masculino); os diferentes grupos etários (crianças, jovens, adultos e seniores); os vários parceiros e instituições envolvidas (Estado, empresas, indivíduos, sistema educativo, etc.); os níveis de análise (quantitativo e qualitativo; curto e longo prazos; local e global); os processos e tempos históricos (tradição e modernidade; passado, presente e futuro); os recursos endógenos com os exógenos; a investigação com a acção; as emoções com a razão; etc.

Uma primeira abordagem deste conceito surge, por exemplo, nas reflexões de Perroux (1987), ao concluir que o desenvolvimento deveria ser um processo global, integrado e endógeno; global, porque o processo de desenvolvimento pressupõe a existência de um conjunto de factores que o constituem; integrado por implicar a interrelação entre as dimensões constituintes; endógeno, por se fundamentar nas características e potencialidades internas, atendendo aos objectivos identificados localmente.

O conceito transversal de desenvolvimento integrado, embora carecendo de alguma consolidação teórica, aparece associado aos novos paradigmas científicos, designadamente, o paradigma da complexidade, a teoria dos sistemas e a teoria do caos. Deles resulta a epistemologia copulativa (do “e”) – por oposição da disjuntiva (do “ou”) – e uma perspectiva interdisciplinar na produção e organização do conhecimento científico.

### ***Um Balanço Sobre a Multidimensionalidade do Conceito***

A multidimensionalidade é um aspecto transversal aos diferentes conceitos de desenvolvimento apresentados. Embora com ênfase mais pronunciada num ou noutro ponto, cada conceito envolve várias dimensões que o constituem, sobretudo as concepções actuais de desenvolvimento económico, sustentável, local e humano. Algumas das componentes estão presentes, de forma explícita ou implícita, em vários dos conceitos referidos, como o ambiente, a participação ou a equidade. No essencial, todos contribuem para uma noção ecléctica de desenvolvimento, uma visão mais abrangente e aglutinadora das diferentes perspectivas que o mesmo integra.

Com as abordagens alternativas, o processo de desenvolvimento deixa de ser definido e caracterizado apenas em função da dimensão económica, anteriormente privilegiada e sobrevalorizada, para passar a ser equacionado com base num conjunto de dimensões genéricas interactuantes, das quais se destacam a económica, a

<sup>5</sup> Amaro (2003) avança com a sugestão de transdisciplinaridade na produção e organização do conhecimento científico, i.e. que o desenvolvimento seja analisado como Ciência do Desenvolvimento e não apenas como Economia do Desenvolvimento ou Sociologia do Desenvolvimento.

<sup>6</sup> Das inúmeras designações que surgiram, nos últimos 35 anos, Amaro (2003) retém estes seis conceitos por terem fundamentação científica e reconhecimento político-institucional, no final do século XX. O conceito de desenvolvimento integrado tem menos visibilidade científica e política que os restantes, dado ser referido transversalmente a todos eles. Uma variante deste último é o desenvolvimento local integrado e sustentável (LISD, na sigla inglesa), associado a autores como Franco (2000).

social, a política, a cultural e a ambiental. Não existe negação ou oposição relativamente à importância do crescimento económico para o desenvolvimento que, embora necessário, é insuficiente para assegurar o desenvolvimento. As abordagens alternativas viabilizaram, portanto, a emergência de novas propostas conceptuais que se demarcam da aceção tradicional de desenvolvimento, vulgarmente identificada com processos de crescimento.

A concepção actual de desenvolvimento económico é, em parte, reflexo do debate que se gerou em torno da sua conceptualização e ampliação a novas dimensões. É um conceito que foi assumindo, de forma crescente, um carácter multifacetado, englobando, grosso modo, aspectos qualitativos do crescimento económico, como sejam os seguintes: distribuição mais equitativa dos benefícios do crescimento na sociedade; redução ou eliminação da pobreza e da exclusão social; melhoria da dieta alimentar; maior acesso à saúde e à educação; elevação dos salários e outras formas de rendimento; melhoria das condições de trabalho, habitacionais, de transporte, segurança; baixos níveis de poluição nas suas várias conotações; aumentos do acesso e do tempo de lazer; etc. É, portanto, um conceito que exige crescimento económico, mas não se confunde com ele, e que se repercute no campo extra-económico, dado estar, intimamente, ligado aos conceitos de bem-estar e qualidade de vida.

### ***Índices Multidimensionais do Desenvolvimento***

O desenvolvimento é um fenómeno multidimensional (como ilustrado anteriormente), ao qual se encontra ligado um leque variado de significados nas últimas décadas. Nesse sentido, se compreende a miríada de indicadores que existe actualmente sobre a problemática.

As propostas de medição do desenvolvimento tendem a diferir consoante a visão que o investigador atribui ao fenómeno em análise (Baster, 1985). Neste contexto, pode-se considerar, genérica e essencialmente, três formas alternativas de operacionalizar a avaliação quantificada do conceito de desenvolvimento (e.g., Baster, 1972):

(i) indicadores sintéticos – um único indicador usado como medida global do desenvolvimento, sendo o rendimento nacional per capita o exemplo mais recorrente (e.g., Morse, 2004);

(ii) indicadores compósitos – medidas que sintetizam a informação fornecida por um conjunto (normalmente reduzido) de variáveis representativas de uma visão mais alargada do nível de desenvolvimento dos países. Neste contexto, o Índice de Desenvolvimento Humano (HDI, na sigla inglesa) constitui apenas a referência mais difundida entre um vasto leque de indicadores mais ou menos abrangentes hoje disponíveis (e.g., Booyesen, 2002);

(iii) indicadores desagregados – um leque amplo de indicadores de natureza mais específica, susceptíveis de fornecerem, no seu conjunto, uma visão mais completa sobre as várias dimensões do desenvolvimento, sem ser assumido, no entanto, o objectivo de integrar essas diferentes dimensões numa medida global do desenvolvimento (e.g., Soubbotina, 2004).

A utilização exclusiva de indicadores de síntese (como o rendimento per capita), ou mesmo, indicadores compósitos construídos a partir de um grupo limitado de variáveis de base têm sido as abordagens actualmente mais difundidas. Sendo, crescentemente, reconhecida a necessidade de consideração de uma perspectiva multivariada deste fenómeno, este fica melhor retratado, em termos quantificados, assumindo as três abordagens de operacionalização empírica do conceito de desenvolvimento (acima identificadas), embora com claro enfoque nas duas últimas – indicadores compósitos e leitura desagregada do desenvolvimento.

Os índices ou indicadores compósitos do desenvolvimento constituem uma forma mais imediata – e, conseqüentemente, mais agregada – de quantificação do nível de desenvolvimento dos países. Múltiplas propostas de indicadores de natureza compósita estão actualmente disponíveis na literatura do desenvolvimento. Um survey de referência na área – Booyesen (2002) – apresenta uma lista de 20 indicadores compósitos do desenvolvimento. Apesar de não ser exaustiva, Booyesen (2002) considera ser um rol suficientemente abrangente desta forma de operacionalização empírica do conceito.

Os indicadores compósitos do desenvolvimento podem ter uma natureza uni ou multidimensional. Medidas como o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (GDI, na sigla inglesa) e a Medida de Participação Segundo o Género (GEM, na sigla inglesa) – ambas propostas pelo UNDP – são exemplos de medidas que procuram captar sub-dimensões de uma dimensão específica do desenvolvimento, podendo, por isso, ser designados como índices unidimensionais do desenvolvimento. Na Tabela 1 disponibiliza-se uma ilustração de índices multidimensionais do desenvolvimento – referidos no survey de Booyesen (2002) – com base numa nomenclatura do desenvolvimento que inclui as principais dimensões constitutivas de uma noção lata de desenvolvimento.

Tabela 1: Principais Dimensões de Índices ou Indicadores Compósitos do Desenvolvimento

Autor/Organização	Indicadores Compósitos do Desenvolvimento <sup>1</sup>	Número de dimensões	Dimensões do Desenvolvimento								Observações <sup>3</sup>	
			Rendimento	Distribuição do rendimento	Educação	Saúde	Emprego	Infra-estruturas	Valores	Ambiente		Outras <sup>2</sup>
Bennett (1951)	Index of relative consumption levels	3			X	X			X			X
Beckerman e Bacon (1966)	Index of relative real consumption per head	2				X			X			X
McGranahan <i>et al.</i> (1972)	General index of development	5			X	X	X		X		X	X
Morris (1979)	Physical Quality of Life Index (PQLI)	2			X	X						
Ram (1982)	Indices of 'overall' development	3	X		X	X						
Estes (1984)	Index of social progress	5	X		X	X			X		X	X
Ginsburg <i>et al.</i> (1986)	World standard distance scales	4			X	X		X			X	X
Camp and Speidel (1987)	International human suffering index	5	X		X	X			X		X	X
Slotje (1991)	Aggregate indexes of quality of life	5	X		X	X		X	X			X
Diener (1995)	Quality of life indices	6	X	X	X	X			X	X		X
UNDP (1996)	Capability Poverty Measure (CPM)	2			X	X						
Gwartney e Lawson (2007)	Economic Freedom of the World (EFW) index	2							X		X	X
UNDP (2007)	Human Development Index (HDI)	3	X		X	X						
UNDP (2007)	Human Poverty Index (HPI-1) for developing countries	2			X	X						
UNDP (2007)	Human Poverty Index (HPI-2) for selected OECD countries	4		X	X	X	X					
WEF (2007)	Global Competitiveness Index (GCI)	6	X		X	X		X	X		X	X
Holmes <i>et al.</i> (2008)	Index of economic freedom	2							X		X	X

<sup>1</sup> A lista de indicadores compósitos do desenvolvimento foi retirada do *survey* de Booyen (2002). Os índices excluídos da presente tabela e considerados por este autor, foram os seguintes: Human Resource Development Index (Harbison e Myers, 1964), Gender Empowerment Measure - GEM e Gender-related Development Index - GDI (UNDP, 2007). Esses índices procuram captar apenas uma dimensão específica do desenvolvimento, não sendo, por isso, índices multidimensionais do desenvolvimento. Manteve-se a designação dos autores dos índices e, no caso dos índices de publicação periódica, fez-se uso da última versão disponível à data da construção da tabela.

<sup>2</sup> A coluna "outras" assinala variáveis que procuram captar dimensões secundárias e que não são objecto de uma dimensão própria do desenvolvimento. Nessa componente residual inclui-se, por exemplo, a igualdade entre os sexos, a diversidade cultural, o contexto macroeconómico e a estabilidade social e política.

<sup>3</sup> A coluna "observações" assinala variáveis que procuram captar aspectos não directamente relacionados com o desenvolvimento. Destacam-se, entre elas, as variáveis representativas de características do desenvolvimento, isto é, de aspectos como demografia ou estrutura produtiva que apesar de difícil relação directa com o desenvolvimento, são necessários para a apresentação de um perfil quantitativo de desenvolvimento dos países num dado momento do tempo.

O esforço de desagregação do desenvolvimento nas suas vertentes mais relevantes tem sido prosseguido por vários autores. Na academia científica salienta-se, por exemplo, as propostas de Booyesen (2002) e Boidin (2004), e a nível institucional, o trabalho pioneiro do Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD, na sigla inglesa) (McGranahan et al., 1972).

Tendo em vista centrar a análise nos aspectos estruturais do desenvolvimento que mais directamente influenciam o nível de desenvolvimento agregado dos países, propõe-se uma nomenclatura do desenvolvimento que compreende oito dimensões essenciais: (i) rendimento; (ii) distribuição do rendimento; (iii) educação; (iv) saúde; (v) emprego; (vi) infra-estruturas; (vii) valores; (viii) ambiente.

A escolha deste conjunto de dimensões do desenvolvimento obedece, fundamentalmente, aos critérios de relevância intrínseca de cada uma delas e à sua inclusão recorrente em tentativas alternativas de desagregação do desenvolvimento.

A tabela anterior (Tabela 1) conjuga a nomenclatura do desenvolvimento acima proposta com um leque de indicadores compósitos actualmente disponíveis para a avaliação quantitativa do desenvolvimento, permitindo avaliar a multidimensionalidade desses índices<sup>1</sup>

Da observação da tabela resulta que a generalidade dos índices multidimensionais do desenvolvimento não são muito abrangentes em termos do número de dimensões considerado. Apenas dois índices são compostos por seis dimensões do desenvolvimento e há vários que captam apenas duas dimensões e, nessa medida, fornecem uma visão eminentemente parcelar do fenómeno. No entanto, a tabela anterior também apresenta um número variado de indicadores compósitos que se comparam com vantagem em relação aos indicadores a que, mais frequentemente, se recorre para medir e comparar o nível de desenvolvimento em diferentes países. Deste modo, constituem um complemento importante dos indicadores do desenvolvimento mais profusamente empregues – rendimento per capita e HDI.

### **Conclusão**

O desenvolvimento é um fenómeno complexo, multidimensional e que não conhece uma definição inequívoca e plenamente esclarecedora. Desde muito cedo, se observam esforços na pesquisa de novos conceitos de desenvolvimento que se afastassem da sua identificação com o crescimento económico saída do pós-guerra. Os contributos críticos e de busca de um novo conceito de desenvolvimento surgem, de forma embrionária, durante os anos 50 e 60, mas é, especialmente, a partir da década de 70 que prolifera uma variedade enorme de adjectivos acoplados ao termo “desenvolvimento”.

No contexto das abordagens alternativas ao desenvolvimento dos últimos 35 anos, a referência especial aos conceitos de desenvolvimento sustentável, humano, local e participativo não está dissociada da importância crescente que vêm assumindo, por um lado, as estratégias *from below* e *people-centered development*, que procuram devolver às pessoas empowerment, permitindo-lhes que sejam protagonistas activos dos seus próprios processos de vida; por outro, a questão ambiental e a prioridade atribuída às capacidades das pessoas na promoção do desenvolvimento, que procuram que a produção de bens e serviços se subordine à Natureza e ao bem-estar em geral. No essencial, são abordagens do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional, crítica e dialéctica, tentando estabelecer relações entre as dimensões económica, social, cultural, política e ambiental das sociedades.

Os novos conceitos de desenvolvimento, na sua aceção actual, assumem, de per si, um carácter multifactorial, comportando componentes qualitativas do desenvolvimento. Estas revestem-se de grande importância na promoção do bem-estar intra e intergeracional, embora sejam dificilmente mensuráveis. Influenciado pelos diferentes contributos para a construção do conceito – que desembocaram na emergência destes novos conceitos de desenvolvimento –, a própria aceção de desenvolvimento económico conheceu várias versões desde o seu nascimento (associado ao pós-guerra), tornando-se, progressivamente, mais complexo e multifacetado.

Toda a riqueza de reflexões e propostas dos últimos 35 anos que, globalmente, se traduz num ponto de viragem fundamental em relação às tradicionais abordagens e práticas do desenvolvimento, mas, em especial, as concepções actuais de desenvolvimento económico, sustentável, local e humano contribuem para uma noção ecléctica de desenvolvimento que ainda não está estabelecida nem consolidada na literatura, pese embora o conceito de desenvolvimento ser, por natureza, variável no tempo e no espaço. A posição aqui assumida aproxima-se da perspectiva de análise de autores como Lopes (2002) que sugere que desenvolvimento é desenvolvimento regional, local, humano e tem de ser sustentável, se não, não é desenvolvimento. Faz-se, no entanto, a ressalva de que as escolhas levadas a cabo pelo investigador são sempre condicionadas por juízos de valor.

Se o fenómeno do desenvolvimento é, por definição, multidimensional, então o indicador tradicional de eleição na medição do desenvolvimento – o PIB e a sua família (em termos per capita) – revela-se claramente insuficiente. Sendo possível e desejável a consideração de conjuntos de indicadores representativos das dimensões cruciais do desenvolvimento, este fica melhor retratado em termos quantificados.

No âmbito da avaliação quantificada do desenvolvimento, os indicadores compósitos são uma forma de operacionalização empírica do conceito que pode exprimir a sua multidimensionalidade, no sentido de incluírem um conjunto de variáveis representativas de uma visão mais alargada do nível de desenvolvimento dos países. No entanto, os índices de

<sup>1</sup> O Anexo I disponibiliza as variáveis dos diferentes índices considerados na Tabela 1, agrupando-as segundo as dimensões do desenvolvimento consideradas. O Anexo II apresenta as referências bibliográficas destes índices (cronologicamente ordenadas).

desenvolvimento que vêm sendo propostos na literatura, ora apresentam uma natureza unidimensional (captam sub-dimensões de uma dimensão específica do desenvolvimento), ora, quando são de carácter multidimensional, incluem um número muito escasso de dimensões do desenvolvimento e, nessa medida, fornecem uma visão eminentemente parcelar do fenómeno. Parece, assim, haver espaço na literatura para novos desenvolvimentos nesta temática.<sup>2</sup>

O HDI é, neste domínio, o índice mais frequentemente utilizado, além de ser aceite como um dos mais importantes indicadores do desenvolvimento. É um indicador complexo que se baseia na necessidade do ser humano ter uma vida longa e saudável, ter um nível de conhecimentos aceitável e um nível de vida digno, combinando indicadores de esperança de vida, nível de educação e rendimento. É a proposta do UNDP, apresentada em 1990, de um indicador adequado para medir o desenvolvimento humano.

A natureza evolutiva deste conceito é uma ideia força que o torna adaptado à mutação das escolhas humanas e às suas condicionantes. Actualmente, o conceito de desenvolvimento humano inclui várias outras dimensões (algumas difíceis de quantificar), além das três componentes consideradas essenciais ao desenvolvimento humano. Contudo, o HDI tem permanecido intacto na sua essência, apesar dos diversos melhoramentos na fórmula de cálculo do HDI, das variantes que o UNDP tem procurado construir para complementá-lo e, sobretudo, das várias propostas de alargamento deste índice actualmente disponíveis na literatura (e.g., Stanton, 2007; Constantini e Monni, 2005). Nesse sentido, questiona-se (tal como outros autores têm feito) que este indicador seja tradutor inequívoco do desenvolvimento humano dos países – sobretudo da noção ecléctica de desenvolvimento que se preconiza.

Por último, seja produzindo esforço na construção de um indicador compósito susceptível de quantificar, de forma mais adequada, as vertentes fundamentais que uma noção ampla de desenvolvimento deve abarcar, seja utilizando índices de desenvolvimento actualmente existentes (a lista apresentada neste trabalho constitui uma boa referência), sublinha-se a importância de complementar este forma mais imediata de quantificação do nível de desenvolvimento dos países com uma leitura mais desagregada e mais “fina” do desenvolvimento (não excluindo a possibilidade de enriquecê-la com informação qualitativa). Desta forma, se fornece uma visão mais globalizante do que aquela que emerge, isoladamente, das ópticas de medição do desenvolvimento mais profusamente empregues.

## Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compósitos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento

Autor/Organização	Bennett (1951)	Beckerman e Bacon (1966)
Indicadores compósitos do desenvolvimento	Index of relative consumption levels	Index of relative real consumption per head
Número de variáveis	19	7
<b>Rendimento</b>		
<b>Distribuição do rendimento</b>		
<b>Educação</b>	school attendance	
<b>Saúde</b>	total calories non-grain calories tobacco infant mortality physicians	annual meat consumption per head (kilograms - Kgrams)
<b>Emprego</b>		
<b>Infra-estruturas</b>	pieces of mail movie theaters railway freight transport energy motor vehicles telephones	stock of road vehicles per head X 100 stock of telephones per head X 10 stock of radio receivers per head X 10 annual number of domestic letters sent per head
<b>Valores</b>		
<b>Ambiente</b>		
<b>Outras</b>		
<b>Observações</b>	swan lumber cement household energy textile fibers manufacturing energy	annual cement production per head (metric tons X 10) annual apparent crude steel consumption per head (Kgrams)

<sup>2</sup> Esta conclusão decorre da análise da tabela apresentada neste trabalho (Tabela 1) e que teve por base uma proposta de nomenclatura do desenvolvimento que pode ser passível de discussão. A consideração fundamental das diversas componentes que esta nomenclatura abrange está fora do âmbito do presente trabalho. Ainda assim, a proposta não ignora as componentes reconhecidamente mais importantes do desenvolvimento, além de que apenas, sensivelmente, 1/3 dos índices apresentados nessa tabela registam outras dimensões do desenvolvimento, o que reforça a pertinência da mesma.

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compósitos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

<b>Autor/Organização</b>	McGranahan <i>et al.</i> (1972)	Morris (1979)
<b>Indicadores compósitos do desenvolvimento</b>	General index of development	Physical Quality of Life Index (PQLI)
<b>Número de variáveis</b>	18	3
<b>Rendimento</b>		
<b>Distribuição do rendimento</b>		
<b>Educação</b>		
	combined primary and secondary enrolment ratio	adult literacy
	vocational enrolment ratio	
<b>Saúde</b>		
	expectation of life at birth	infant mortality
	consumption of animal protein, per capita, per day	life expectancy at age one
<b>Emprego</b>		
	% salaried and wage earners to total EAP	
<b>Infra-estruturas</b>		
	average number of persons per room	
	newspaper circulation per 1,000 population	
	telephones per 100,000 population	
	radio receivers per 1,000 population	
<b>Valores</b>		
<b>Ambiente</b>		
<b>Outras</b>		
	foreign trade per capita, in 1960 US dollars	
<b>Observações</b>		
	% population in localities of 20,000 and over	
	% Economically Active Population (EAP) in electricity, gas,...	
	agricultural production per male agricultural worker	
	% adult male labour in agriculture	
	electricity consumption, Kwh per capita	
	steel consumption, Kg per capita	
	energy consumption, Kg of coal equity, per capita	
	% GDP derived from manufacturing	

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compósitos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

<b>Autor/Organização</b>	Ram (1982)	Estes (1984)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	Indices of 'overall' development	Index of social progress
<b>Número de variáveis</b>	7	45
<b>Rendimento</b>	per capita GNP	per capita GNP in dollars real GDP per head GNP per capita annual growth rate
<b>Distribuição do rendimento</b>		
<b>Educação</b>	adult literacy rate	percent age group enrolled, primary level percent grade 1 enrollment completing primary school percent age group enrolled, secondary level percent age group enrolled, tertiary level percent adult illiteracy percent GNP in education female adult literacy rate
<b>Saúde</b>	life expectancy at birth infant mortality rate physician supply calorie intake safe water access	life expectation at 1 year rate infant mortality per 1,000 liveborn under 5 years of age child mortality rate population in thousands per physician per capita daily calorie supply as % of requirement percent children fully immunized at age 1, DPT percent children fully immunized at age 1, measles female life expectation at birth maternal mortality rate per 10,000 live births
<b>Emprego</b>		
<b>Infra-estruturas</b>		
<b>Valores</b>		violations of political rights index violations of civil liberties index composite human suffering index
<b>Ambiente</b>		
<b>Outras</b>		female secondary school enrollment as percent of males female primary school enrollment as percent of males average annual rate of inflation external public debt as percent of GDP
<b>Observações</b>		percent married women using contraception military expenditures as percent of GDP per capita food production index total population millions crude birth rate per 1,000 population rate of population increase percent of population under 15 years percent of population over 60 years percent arable land mass natural disaster (ND) vulnerability index average annual deaths from ND per million population largest percent sharing same mother tongue largest percent sharing same basic religious beliefs largest percent sharing same or similar racial/ethnic origins years since first law – old age, invalidity, death years since first law – sickness and maternity years since first law – work injury years since first law – unemployment years since first law – family allowances

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compostos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

<b>Autor/Organização</b>	Ginsburg <i>et al.</i> (1986)	Camp and Speidel (1987)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	World standard distance scales	International human suffering index
<b>Número de variáveis</b>	50	10
<b>Rendimento</b>		per capita GNP
<b>Distribuição do rendimento</b>		
<b>Educação</b>	literacy rate school enrollment (primary) school enrollment (secondary) school enrollment (third level)	adult literacy rate
<b>Saúde</b>	calories per capita per day infant mortality life expectancy at birth physicians and dentists	infant mortality rate per 1000 live births daily per capita calorie supply as percent of requirement per cent of population with access to clean drinking water
<b>Emprego</b>		
<b>Infra-estruturas</b>	Newspaper circulation per capita Radios ownership per capita Rail route (2 variables) Rail freight (2 variables) Road network (2 variables) Vehicles (3 variables)	
<b>Valores</b>		personal freedom
<b>Ambiente</b>		
<b>Outras</b>	Export concentration Exports of raw materials Trade turnover per capita	average annual rate of inflation
<b>Observações</b>	Agriculture (3 variables) Energy consumption (5 variables) Fertilizer consumption (2 variables) Investment (% of GDP) Manufacturing (% of GDP) Paddy yield Steel consumption per capita Tractors (2 variables) Urban population (2 variables) Wheat yield Youthfulness Arable land per agricultural population Assistance per capita (5 variables) Energy potential (2 variables)	average annual growth of labour force average annual growth of urban population energy consumption per capita

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compostos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

Autor/Organização	Slotje (1991)	Diener (1995)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	Aggregate indexes of quality of life	Quality of life indices
<b>Número de variáveis</b>	20	14
<b>Rendimento</b>	per capita real gross domestic product	purchasing power where U.S. = 100 per capita income
<b>Distribuição do rendimento</b>		the income gini coefficient
<b>Educação</b>	male literacy rate female literacy rate	literacy rate college/university attendance
<b>Saúde</b>	male life expectancy female life expectancy infant mortality rate per 1000 births people per hospital beds people per physician daily caloric consumption per capita	basic physical need fulfilment index physicians per capita
<b>Emprego</b>		
<b>Infra-estruturas</b>	national territory per square km of road telephones per capita radio receivers per 1000 number of daily newspapers	
<b>Valores</b>	gastil's political rights variable gastil's measure of civil liberty soldier to civilian ratio percentage of children in the labor force	gross human rights violations
<b>Ambiente</b>		deforestation major environmental treaties
<b>Outras</b>		
<b>Observações</b>	average household size percentage of women in the labor force energy consumption per capita ratio	monetary savings rate homicide rate suicide rate subjective well-being

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compostos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

<b>Autor/Organização</b>	UNDP (1996)	Gwartney e Lawson (2007)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	Capability Poverty Measure (CPM)	Economic Freedom of the World (EFW) index
<b>Número de variáveis</b>	3	42
<b>Rendimento</b>		
<b>Distribuição do rendimento</b>		
<b>Educação</b>	female illiteracy rate	
<b>Saúde</b>	births unattended by trained health personnel underweight children under age five	
<b>Emprego</b>		
<b>Infra-estruturas</b>		
<b>Valores</b>		judicial independence impartial courts protection of property rights military interference in rule of law and the political process integrity of the legal system legal enforcement of contracts regulatory restrictions on the sale of real property freedom to own foreign currency bank accounts non-tariff trade barriers compliance cost of importing and exporting foreign ownership/investment restrictions capital controls interest rate controls/megative real interest rates hiring and firing regulations centralized collective bargaining mandated cost of hiring mandated cost of worker dismissal conscription price controls administrative requirements bureaucracy costs starting a business extra payments/bribes licensing restrictions cost of tax compliance mean tariff rate standard deviation of tariff rates black-market exchange rates
<b>Ambiente</b>		
<b>Outras</b>		government consumption spending (% of total consumpt.) standard deviation of inflation inflation: most recent year size of the trade sector relative to expected
<b>Observações</b>		transfers and subsidies as a percentage of GDP government enterprises and investment top marginal income tax rate top marginal income and payroll tax rates money growth ownership of banks foreign bank competition private sector credit minimum wage revenue from taxes on international trade (% of trade)

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compostos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

<b>Autor/Organização</b>	UNDP (2007)	UNDP (2007)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	Human Development Index (HDI)	Human Poverty Index (HPI-1) for developing countries
<b>Número de variáveis</b>	4	4
<b>Rendimento</b>	GDP per capita (PPP US\$)	
<b>Distribuição do rendimento</b>		
<b>Educação</b>	adult literacy rate gross enrolment ratio	adult illiteracy rate
<b>Saúde</b>	life expectancy at birth	probability at birth of not surviving to age 40 % of population not using an improved water source % of children under weight-for-age
<b>Emprego</b>		
<b>Infra-estruturas</b>		
<b>Valores</b>		
<b>Ambiente</b>		
<b>Outras</b>		
<b>Observações</b>		

Anexo I: Variáveis dos Indicadores Compostos do Desenvolvimento e sua Distribuição por Dimensões do Desenvolvimento (continuação)

<b>Autor/Organização</b>	UNDP (2007)	WEF (2007)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	Human Poverty Index (HPI-2) for selected OECD countries	Global Competitiveness Index (GCI)
<b>Número de variáveis</b>	4	111
<b>Rendimento</b>	domestic market size index	
<b>Distribuição do rendimento</b>	percentage of people living below the poverty line	



<b>Autor/Organização</b>	Holmes <i>et al.</i> (2008)
<b>Indicadores compostos do desenvolvimento</b>	Index of economic freedom
<b>Número de variáveis</b>	39
<b>Rendimento</b>	
<b>Distribuição do rendimento</b>	
<b>Educação</b>	
<b>Saúde</b>	
<b>Emprego</b>	
<b>Infra-estruturas</b>	
<b>Valores</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>starting a business (4 variables)</li> <li>obtaining a license (3 variables)</li> <li>closing a business (3 variables)</li> <li>non-tariff barriers</li> <li>price controls</li> <li>restrictions on foreign investment (6 variables)</li> <li>government regulation of financial services</li> <li>state intervention in banks and other financial services</li> <li>difficulty of opening and operating financial services firms</li> <li>government influence on the allocation of credit</li> <li>property rights (6 variables)</li> <li>Corruption Perceptions Index (CPI)</li> <li>rigidity of hours</li> <li>difficulty of firing redundant employees</li> <li>cost of firing redundant employees</li> <li>trade-weighted average tariff rate</li> </ul>
<b>Ambiente</b>	
<b>Outras</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>level of government expenditures (% of GDP)</li> <li>weighted average inflation rate (recent 3 years)</li> </ul>
<b>Observações</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>top tax rate on individual income</li> <li>top tax rate on corporate income</li> <li>total tax revenue (% of GDP)</li> <li>minimum wage</li> </ul>

## Anexo II: Referências Bibliográficas dos Indicadores Compósitos do Desenvolvimento

- Bennett, M. K. (1951). International Disparities in Consumption Levels. *American Economic Review*, 41, 632-49.
- Beckerman, W. & Bacon, R. (1966). International Comparisons of Income Levels: A Suggested New Measure. *Economic Journal*, 76, 519-36.
- McGranahan, D. V., Richard-Proust, C., Sovani, N. V. & Subramanian, M. (1972). *Contents and Measurement of Socioeconomic Development*. New York: Praeger (A Staff Study of the United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)).
- Morris, M. D. (1979). *Measuring the Condition of the World's Poor: The Physical Quality of Life Index*. New York: Pergamon Press (Pergamon Policy Studies No. 42).
- Ram, R. (1982). Composite Indices of Physical Quality of Life, Basic Needs Fulfilment, and Income: A Principal Component Representation. *Journal of Development Economics*, 11, 227-47.
- Estes, R. J. (1984). *The Social Progress of Nations*. New York: Praeger.
- Ginsburg, N., Osborn, J. & Blank, G. (1986). *Geographic Perspectives on the Wealth of Nations*. Department of Geography Research Paper No. 220, University of Chicago.
- Camp & Speidel (1987) referido em Hess, P. (1989). The Military Burden, Economic Growth, and the Human Suffering Index: Evidence from the LDCs. *Cambridge Journal of Economics*, 13, 497-515.
- Slotjje, D. J. (1991). Measuring the Quality of Life Across Countries. *Review of Economics and Statistics*, 73, 684-93.
- Diener, E. (1995). A Value Based Index for Measuring National Quality of Life. *Social Indicators Research*, 36, 107-27.
- UNDP (1996). *Human Development Reports 1996*. New York: Oxford University Press.
- Gwartney, J. & Lawson, R. (2007). *Economic Freedom of the World: 2007 Annual Report*. Johannesburg: Free Market Foundation.
- UNDP (2007). *Human Development Reports 2007*. New York: Oxford University Press.
- WEF (2007). *Global Competitiveness Report 2007-2008*. Geneva: World Economic Forum.
- Holmes, K. R., Feulner, E. J. & O'Grady, M. A. (2008). *2008 Index of Economic Freedom*. Washington D.C. and New York: The Heritage Foundation and Dow Jones & Company, Inc.

### **Referências Bibliográficas**

- Adelman, I. (1961). *Theories of Economic Growth and Development*. Stanford: Stanford University Press.
- Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática e da Prática à Teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, Janeiro / Julho, 37-70.
- Amaro, R. R. (1999). Análise das Necessidades e das Potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa Perspectiva de Criação de Emprego e de Desenvolvimento Local. Lisboa: PROACT e S.A.E./ISCTE.
- Baster, N. (1985). Social Indicator Research: Some Issues and Debates. In J. Hilhorst & M. Klatter (Org.), *Social Development in the Third World: Level of Living Indicators and Social Planning?*, London: Croom Helm.
- Baster, N. (1972). Development Indicators: An Introduction. *Journal of Development Studies*, 8, 1-20.
- Boidin, B. (2004). Quel Apport des Indicateurs Composites de Bien-être et de Développement?. *Premières Journées du Développement du GRES* (também em *Problèmes Économiques*, 2865, Décembre, 16-24).
- Booyens, F. (2002). An Overview and Evaluation of Composite Indices of Development. *Social Indicators Research*, 59(2), 115-51.
- Brinkam, R. (1995). Economic Growth versus Economic Development: Toward a Conceptual Clarification. *Journal of Economic Issues*, XXIX(4), 1171-88.
- Costantini, V. & Monni, S. (2005). Sustainable Development for European Countries. *Journal of Human Development*, 6(3), 329-51.
- Dag Hammarskjöld Foundation (1982). *What Now? Another Development*. Sweden: Motala Grafiska (The 1975 Dag Hammarskjöld Report on Development and International Cooperation).
- Davis, T. (2008). What Is Sustainable Development?. <http://www.menominee.edu/sdi/whatis.htm> (Consultado na Internet em 19 de Julho de 2008).
- Easterly, W. (1999). Life During Growth. *Journal of Economic Growth*, 4(3), 239-76.
- Fordelone, T. & Schütte, R. (2007). Development at Crossroads: On Pitfalls of Economic Development and Merits of Human Security. *Human Security Journal*, 3, 56-77.
- Franco, A. (2000). *Por Que Precisamos de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável?*. Brasília: Instituto de Política.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo*. Oeiras: Celta Editora.
- Friedmann, J. (1992). *Empowerment: the Politics of Alternative Development*. Cambridge: Blackwell.
- Gangadharan, L. & Valenzuela, M. (2001). Interrelationship Between Income, Health and the Environment: Extending the Environmental Kuznets Curve Hypothesis. *Ecological Economics*, 36, 513-31.
- Ghai, D. (1990). *Participatory Development: Some Perspectives from Grass-Roots Experiences*. London: Macmillan Press.
- Harbison, F. & Myers, C. A. (1964). *Education, Manpower, and Economic Growth*. New York: McGraw-Hill.
- Harris, J. (2001). *A Survey of Sustainable Development: Social and Economic dimensions*. Washington: Island Press.

- Houé, P. (2001). *Le Développement Local au Défi de la Mondialisation*. Paris: L'Harmattan.
- Hugon, P. (2006). *Le Renouveau de L'Économie du Développement Dans Un Contexte de Mondialisation*. In G. Froger (Org.), *La Mondialisation Contre Le Développement Durable?*, Peter Lang, (pp. 29-52).
- Kenny, C. (2005). *Why Are We Worried About Income? Nearly Everything that Matters is Converging*. *World Development*, 33(1), 1-19.
- Korten, D. (1992). *People-Centered Development: Alternative for a World in Crisis*. In K. Bauzon (Org.), *Development and Democratization in the Third World: Myths, Hopes and Realities*, New York: Crane Russak
- Lopes, A. S. (2002). *Globalização e Desenvolvimento Regional*. *Gestão e Desenvolvimento*, 11, 9-25.
- Lucas, R. (1988). *On the Mechanics of Economic Development*. *Journal of Monetary Economics*, 22, 3-42.
- Matos, A. J. (2000). *Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional*. Tese de Doutoramento em Economia, Universidade da Beira Interior.
- McGranahan, D. V., Richard-Proust, C., Sovani, N. V. & Subramanian, M. (1972). *Contents and Measurement of Socioeconomic Development*. New York: Praeger (A Staff Study of the United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD)).
- McNamara, R. (1972). *Development in the Developing World*. *Vital Speeches of the Day*, 38(16), 482-87.
- Meadows, D. & Meadows, D. (1972). *The Limits of Growth*. London: Pan Books.
- Morse, S. (2004). *Indices and Indicators in Development*. London, Stirling VA: Earthscan Publications Ltd.
- Murteira, M. (1983). *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença e Instituto de Ciências Sociais.
- Pecqueur, B. (1989). *Le Développement Local*. Paris: Syros-Alternatives.
- Perroux, F. (1987). *Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Perroux, F. (1963). *A Ideia de Progresso perante a Ciência Económica do Nosso Tempo*. *Análise Social*, I(2), 173-82.
- Perroux, F. (1961). *L'Économie au Siècle XX*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Preston, S. (1975). *The Changing Relation Between Mortality and Level of Economic Development*. *Population Studies*, 29(2), 231-48.
- Pritchett, L. & Summers, L. (1993). *Wealthier is Healthier*. Washington, DC: The World Bank (World Bank Policy Research Working Paper No. 1150).
- Ray, D. (1998). *Development Economics*. Princeton: Princeton University Press.
- Reis, V. (2005). *Desenvolvimento e Investimento Directo Estrangeiro em Cabo Verde: Contributo Português*. Tese de Doutoramento em Estudos Africanos, ISCTE.
- Sachs, I. (1986). *Ecodesenvolvimento: Crescer Sem Destruir*. S. Paulo: Vértice.
- Sachs, I. (1980). *Stratégies de l'Écodeloppement*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- Scott, M. F. (1989). *A New View of Economic Growth*. New York: Oxford University Press.
- Seers, D. (1979). *Os Indicadores de Desenvolvimento: O Que Estamos a Tentar Medir?*. *Análise Social*, XV(60), 949-68.
- Sen, A. (1999). *Development as Freedom*. New York: Alfred A. Knopf.
- Sen, A. (1988). *The Concept of Development*. In H. Chenery & T. Srinivasan (Org.), *Handbook of Development Economics*, Volume I, Amsterdam: Elsevier Science.
- Silva, M. (1963). *Fases de um Processo de Desenvolvimento Comunitário*. *Análise Social*, I(4), 538-58.
- Silva, M. (1962). *Desenvolvimento Comunitário: Uma Técnica de Progresso Social*. Lisboa: AIP.
- Simon, D. (2003). *Dilemmas of Development and the Environment in a Globalizing World: Theory, Policy and Praxis*. *Progress in Development Studies*, 3(1), 5-41.
- Soubbotina, T. P. (2004). *Beyond Economic Growth: An Introduction to Sustainable Development*. Washington, D.C.: The World Bank.
- Stanto, E. A. (2007). *The Human Development Index: A History*. Working Paper No 127, Political Economy Research Institute, University of Massachusetts Amherst.
- Stöhr, W. (1990). *Global Challenge and Local Response; Initiatives for Economic Regeneration in Contemporary Europe*. New York: The United Nations University.
- Stöhr, W. (1981). *Development from Below: The Bottom-Up and Periphery-Inward Development Paradigm*. In W. Stöhr & D. Taylor (Org.), *Development from Above or Below? The Dialectics of Regional Planning in Developing Countries*. Chichester, John Wiley and Sons, (pp. 39-72).
- Streeten, P. (1981). *First Things First: Meeting Basic Human Needs in Developing Countries*. New York: Oxford University Press.
- Todaro, M. & Smith, S. (2000). *Economic Development*. 8th edition, New York: Oxford University Press.
- UNDP (2003). *Human Development Report 2003*. New York: Oxford University Press.
- UNDP (1998). *Human Development Report 1998*. New York: Oxford University Press.
- UNDP (1996). *Human Development Report 1996*. New York: Oxford University Press.
- UNDP (1990). *Human Development Report 1990*. New York: Oxford University Press.
- Vachon, B. (1993). *Le Développement Local: Théorie et Pratique*. Montréal: Gaëtem Morin.
- WCED (1987). *Our Common Future: Brundtland Report*. New York: Oxford University Press.